



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

ESHTI - INHAMBANE

GESTÃO PÓS LABORAL – QUARTO ANO

ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

TEMA:

Evolução do PIB per capita e o boom de Megaprojectos

Discente:
Crescêncio Francisco Guiamba

Docente:
dr Macaringue

Inhambane, Março de 2013

Lista de tabelas

Tabela 1 - Pib per capita Moçambicano – 1970 a 1975	4
Tabela 2 - Pib per capita de Moçambique – 1975 a 1990	5
Tabela 3 - Pib per capita de Moçambique – 1990 a 2000	6
Tabela 5 - Pib per capita de Moçambique – 2000 a 2012	7
Tabela 5: Mega-Projectos de Moçambique	8

Índice Geral

Lista de Tabelas	ii
1. Introdução	1
1.1.Objectivos	2
1.2.Metodologia	2
2. Evolução do Pib per capita de Mocambique	3
2.1. Período de 1930 a 1975	3
2.2.Período de 1975 a 1990	4
2.3.Período de 1990 a 2000	5
2.4.Período de 2000 aos nossos dias	6
3. O boom dos mega-projectos em Moçambique	8
3.1.O Impacto dos Mega-Projectos na Economia: o Passado e Futuro	9
3.1.1. Passado	9
3.1.2. Futuro	11
4. Conclusão	13
5. Bibliografia	14

1. Introdução

O incremento do PIB per capita e a redução e erradicação da pobreza têm sido um tema central em economia moçambicana. Os programas de luta contra a pobreza têm-se multiplicado e com eles as análises dos níveis e da composição da pobreza e do PIB per capita.

No caso de Moçambique, o PIB per capita e a pobreza tornaram-se objecto particular de preocupação a partir de 1989, no segundo ano do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no contexto da iniciativa dos doadores que levaria posteriormente à transformação do PRE em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)”. Este caso apresenta um interesse suplementar pelo facto de ter sido um dos países mais pobres do mundo, com as suas infra-estruturas físicas e o seu capital físico e humano muito debilitados, que se empenhou tanto a nível governamental como não-governamental na elevação do PIB per capita e no combate à pobreza. Desde então vários estudos foram publicados sobre a questão em Moçambique, levando posteriormente, em 2001 à aprovação pelo Conselho de Ministros do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – 2001/2005 (PARPA).

Moçambique é actualmente considerado um dos países mais pobres do mundo segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2010, com níveis de Pib percapita mais baixos do mundo.

Este trabalho, ilustra a evolução do Pib percapita do país, mostrando as prováveis causas por detrás das subidas ou descidas do mesmo desde 1930 até aos nossos dias, para além de avaliar o impacto dos mega-projectos que são o tema da actualidade na economia nacional.

1.1.Objectivos

Geral

- Dotar os estudantes de conhecimentos relativos á evolução Pib Percapita de Moçambique e o impacto dos mega-projectos no país.

Específicos

- Descrever evolução Pib Per capita no período de 1930 a 1975;
- Descrever evolução Pib Per capita no período de 1975 a 1990;
- Descrever evolução Pib Per capita no período de 1990 a 2000
- Descrever evolução Pib Per capita no período de 2000 aos nossos dias.
- Descrever o impacto dos meg-projectos no país.

1.2.Metodologia

A elaboração do presente trabalho foi feita em três sessões, tendo a primeira e a segunda consistido na pesquisa bibliográfica dos conteúdos abordados, e a terceira, selecção dos conteúdos encontrados na pesquisa bibliográfica e a consequente compilação que contou com a ajuda de pacote informático *Microsoft Office 2013*.

2. Evolução do Pib per capita de Mocambique

2.1. Período de 1930 a 1975

Nos anos 1930, durante o período da ditadura de Antonio Salazar (1932- 68) em Portugal, houve aumento da repressão nas colônias e o governo português institucionalizou o trabalho forçado para homens adultos. Todos os homens acima de 15 anos eram obrigados a trabalhar durante seis meses por ano nas empresas agrícolas estatais e privadas. Uma consequência grave desta política foi o comprometimento da produção de subsistência, gerando situações de crise social aguda nos anos de 1940 e 1950, em face da escassez de alimentos e o aumento da fome.

Estima-se que nos anos 1950 havia 50 mil estrangeiros em Moçambique, principalmente portugueses que controlavam o Estado e eram os grandes proprietários dos meios de produção. Neste período, a população total era de aproximadamente 4 milhões de habitantes. Porém, tendo em vista as precárias condições de vida no país, a população nativa era levada a emigrar para os países vizinhos (Zimbábue, África do Sul e Malauí) para trabalhar, principalmente no setor de mineração.

A economia moçambicana manteve-se, essencialmente, baseada na exploração agrícola. Na realidade, era uma economia primário-exportadora altamente dependente de um número limitado de commodities. No início dos anos 1970, os principais produtos de exportação do país eram castanhas, algodão, açúcar, copra, óleos vegetais, e chá. Estes seis produtos respondiam por aproximadamente dois terços do valor das exportações.

Nos anos 1950 e 1960 a intensificação da exploração colonial portuguesa em Moçambique levou a uma certa modernização do país. Houve significativo fluxo imigratório, desenvolvimento da produção industrial e rápido processo de urbanização. De fato, a crescente fragilidade da economia de Portugal implicou na maior dependência da metrópole em relação às colônias de Angola e Moçambique.

Segundo Silva, 1966 e Moura & Amaral 1976, as Nações Unidas estimaram o PIB per capita moçambicano em cerca de \$139 US dólares em 1962, o que significa, a preços de 1975, que o PIB per capita moçambicano esteve entre \$251 a \$265 Us dólares entre 1960 e 1962, tendo atingido um pico de cerca de \$454 em 1973 e começado a decrescer.

Estima-se que nos anos 1960 cerca de um quarto da receita fiscal de Portugal era decorrente, de uma forma ou de outra, da transferência do excedente econômico gerado nestas colônias africanas.

Era natural, por conseguinte, que houvesse contestação à dominação lusa, e sendo assim, os movimentos de resistência se uniram em 1962, criando-se a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, tendo começado a guerra de libertação em 1964 que durou 10 anos até o reconhecimento da independência de Moçambique, que ocorreu formalmente em 1975.

Tabela 1 - Pib per capita Moçambicano – 1970 a 1975

Ano	PIB, bilhões de dólares	PIB per capita, dólares	Parte do PIB mundial, %
1970	3	317	0.91
1971	3.4	352	0.94
1972	3.8	385	0.91
1973	4.5	445	0.89
1974	4.7	454	0.82
1975	4.8	452	0.75

Fonte: Ivan Kushnir's, 2011

2.2. Período de 1975 a 1990

O novo governo moçambicano dirigido por Samora Machel e o partido FRELIMO optou pela doutrina marxista-leninista e o período que se seguiu à independência coincidiu com a tentativa de construção de uma economia socialista, centralmente planificada. Os processos de nacionalização e estatização atingiram os principais setores, inclusive, a saúde, a educação e a habitação. Houve reorganização empresarial com o desenvolvimento do sistema de autogestão.

Entretanto, o desenvolvimento econômico moçambicano foi prejudicado em maior escala pela chamada “guerra de desestabilização” iniciada em 1979, destruindo a frágil infra-estrutura econômica e social legada pelos portugueses. A guerra civil perdurou até 1992 quando foi assinado em Roma um acordo geral de paz.

O governo promoveu, durante esse tempo, a socialização do campo por meio de cooperativas e aldeias comunais. Nos anos 1980 foram criadas empresas estatais que atuavam diretamente na produção agrícola. Neste ponto, vale notar que o PIB real caiu 3,3% ao ano no período 1980-86, sobretudo em virtude da seca de 1983, que fez com que o PIB recuasse 15,7%. A seca provocou fome em larga escala, atingindo fortemente a sociedade e a economia do país.

Na esfera econômica, o marco histórico foram os acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial em 1987, que implicaram na ruptura com o modelo socialista.

Neste mesmo ano de 1987, Samora Machel morre em um acidente aéreo, sendo substituído por Joaquim Chissano. Portanto, antes mesmo do acordo de paz o próprio governo moçambicano iniciou o processo de ruptura com o modelo anterior, no contexto dos acordos mencionados, aliados às grandes transformações por que passava o mundo, com o fim da URSS e a derrocada de vários regimes comunistas na Europa Central, que apoiavam decisivamente o governo de Moçambique, com assistência técnica, preferências comerciais e auxílio econômico-financeiro.

Tabela 2 - Pib per capita de Moçambique – 1975 a 1990

Ano	PIB, bilhões de dólares	PIB per capita, dólares	Parte do PIB mundial, ‰
1975	4.8	452	0.75
1976	4.4	403	0.63
1977	4.5	401	0.58
1978	4.7	408	0.51
1979	4.9	414	0.46
1980	4.8	395	0.4
1981	4.7	378	0.39
1982	4.9	385	0.41
1983	4.5	346	0.36
1984	5.1	386	0.4
1985	4.8	360	0.37
1986	5	374	0.33
1987	2.9	217	0.17
1988	2.5	187	0.13
1989	2.7	202	0.13
1990	3	221	0.13

Fonte: Ivan Kushnir's, 2011

2.3.Período de 1990 a 2000

Em 1992 são assinados em Roma, os acordos gerais de Paz para Moçambique, reestabelecendo a tranquilidade.

De modo geral, o movimento cíclico da economia de Moçambique acompanha o ciclo econômico internacional tendo em vista a enorme dependência externa da economia moçambicana. O longo ciclo de expansão da economia mundial, que se iniciou em 1993, permitiu que o crescimento médio anual do PIB moçambicano aumentasse para 7,7% no período 1993- 2000.

Tabela 3 - Pib per capita de Moçambique – 1990 a 2000

Ano	PIB, bilhões de dólares	PIB per capita, dólares	Parte do PIB mundial, %
1990	3	221	0.13
1991	2.7	195	0.12
1992	2	140	0.08
1993	2.1	141	0.08
1994	2.2	143	0.08
1995	2.3	144	0.08
1996	3.2	195	0.1
1997	3.8	225	0.12
1998	4.3	249	0.14
1999	4.5	254	0.14
2000	4.3	236	0.13

Fonte: Ivan Kushnir's, 2011

2.4.Período de 2000 aos nossos dias

No ano 2000, o país foi fustigado por uma das maiores catástrofes naturais da sua história, deixando o povo na miséria e afetando significativamente o crescimento económico.

Governo de Moçambique, na sua tentativa de erradicar a pobreza no país, elaborou o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) 2001-2005 que continha a visão estratégica para a redução da pobreza, os objectivos principais, e as acções chave que deveriam ser prosseguidas, e que orientariam a preparação dos orçamentos, programas e políticas de médio prazo e anuais do Estado.

Paralelamente ao PARPA II, por iniciativa do Presidente Chissano que só veio a ser substituído em 2004 por Armando Guebuza, foi elaborada em 2003 a Agenda 2025, com o objectivo de reflectir o pensamento colectivo dos moçambicanos de todos os quadrantes, incorporar a essência do querer e do pensar colectivo das forças da sociedade, instituições e cidadãos e, desse modo, definir as estratégias que respondessem aos objectivos identificados na Visão até 2025.

Esgotado o período de implementação do PARPA I, os níveis de pobreza em Moçambique eram de 54% e sendo assim, o governo decidiu elaborar o PARPA II, com o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2005 para 45% em 2009.

No período mais recente, Moçambique tem-se beneficiado da elevação dos preços das commodities, principalmente, do alumínio, para além da exploração de gaz natural e de carvão em Tete.

O desempenho do Pib moçambicano durante o período de 2000 a 2012, está ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 5 - Pib per capita de Moçambique – 2000 a 2012

Ano	PIB, bilhões de dólares	PIB per capita, dólares	Parte do PIB mundial , %
2000	4.3	236	0.13
2001	4.1	219	0.13
2002	4.2	219	0.13
2003	4.7	238	0.13
2004	5.7	282	0.13
2005	6.6	318	0.14
2006	7.1	333	0.14
2007	8	367	0.14
2008	9.9	443	0.16
2009	9.7	424	0.17
2010	9.5	406	0.15
2011	13	543	0.19
2012		616	

Fonte: Ivan Kushnir's, 2011

3. O boom dos mega-projectos em Moçambique

Nos últimos anos, devido aos recursos naturais de que Moçambique dispõe, verifica-se um boom de mega projectos em Moçambique. A tabela abaixo, mostra os principais mega projectos do país.

Tabela 5: Mega-Projectos de Moçambique

Empresa/Projecto	Sector	Localização	Invest.to	Capacidade/Reservas	Produção
1. Mozal Mozal II Mozal III	Alumínio	Maputo	\$2.1b	245,000 t/ano 245,000 t/ano	2000 2003
2. Hidroeléctrica – Barragem de Cahora Bassa	Electricidade	Cahora Bassa CB-Norte	(na) \$800m	HBC 2075MW CEZA/HBC 1245MW	1998 Arranque 2011 Conclusão 2017
3. CESUL Projecto de Transmissão	Electricidade	Tete ligada com as províncias sul	\$2.5b	Fase I 3100MW ancorada às Barragens d e Cahora Bassa e Mphanda Nakuwa Fase II 6000MW ancorada às centrais termoeléctricas a carvão da Vale/Rio Tinto	Arranque 2011 conclusão prevista 2016 (Fase 2 depends on Vale/Rio Tinto power plant investment)
4. Projecto de Energia de Benga	Electricidade	Jazida de carvão de Benga, Tete	\$1.3b	Fase I 600MW Fase II 2000MW	2013
5. Sasol/ENH 50% Expansion	Gás Natural	Pande, jazidas de gás natural de Temane, Inhambane	\$2.1b	154GJ 231GJ	2004 2011-16
6. Kenmare	Areias Pesadas*	Moma, Nampula	\$460m	900,000 a 1.3m t/ano	2007
7. Vale	Carvão (térmico e metalúrgico) + terminal d carvão e ferrovia	Moatize, Tete	\$2.0b até agora; Planos de expansão próximos 4 anos \$4b.	Capacidade total 25m t/ano (0.6m t expedidos 2011, previsto aumento capacidade até 22m toneladas por volta de 2014)	2011
8. Rio Tinto/Riversdale	Carvão (térmico e metalúrgico)	Benga , Tete	\$1.0b	Capacidade total, Benga 10m toneladas Zambeze adjacente 25m Tete Este 10m	2012
Projectos Futuros a Serem Considerados					
1. Mphanda Nkuwa	Electricidade	Rio Zambeze, Tete	\$2.9b	Fase I 1500MW Fase II 2500MW	2012-15 2017
2. Anadarko ENI Statoil Petronas	Gás Natural + Central de GNL	Bacia do Rovuma	\$15b-\$20b	Exploração de central de GNL planejada, 2 unidades. Entre Anadarko e ENI 57-70 TCF de gás descobertos em alto mar.	Primeiro gás 2018
3. JSPL	Carvão + central termoeléctrica a carvão, de 2640MW	Changara, Tete	(na)	10m t/ano	2012-16 aumento
4. Corridor Sands	Areias Pesadas	Chibuto, Província de Gaza	\$1b-\$2b	Procurando novoinvestidor, precisa se investimeno em energia eléctrica (Mphanda Nkuwa)	(na)

Fonte: CTA, 2012

3.1.O Impacto dos Mega-Projectos na Economia: o Passado e Futuro

3.1.1. Passado

Existem vários estudos que analisaram o impacto dos mega-projectos na economia (Andersson 2001; Castel-Branco 2003; Sonne-Schmidt, Arndt e Magaua 2009; FMI Relatório do País 2011).

Estes esforços têm-se concentrado em estimar a contribuição dos mega-projectos não só para o valor acrescentado e para a taxa de crescimento do valor acrescentado, mas também nos benefícios mais alargados dos padrões de vida em Moçambique.

A conclusão geral destas investigações é de que os mega-projectos tiveram um contributo substancial no PIB ao longo da década, embora o impacto destes projectos nos padrões de vida tenha sido, até à data, limitado porque:

- São investimentos pertencentes a estrangeiros que repatriam uma grande parte dos seus lucros,
- A natureza dos seus contratos lhes oferece reduções significativas nos impostos sobre os lucros e sobre o consumo e lhes permite deduzir os gastos com infra-estrutura e formação de funcionários nos impostos em dívida,
- São operações de capital intensivo e, portanto, não empregam muitos trabalhadores e,
- São muito dependentes da importação de produtos intermédios e, portanto, têm ligações limitadas ao resto da economia.

As estimativas relativamente à contribuição no PIB variam ligeiramente. Sonne- Schmidt, Arndt e Magaua analisaram a contribuição dos primeiros três mega-projectos em Moçambique - Mozal (alumínio), Sasol (gás natural) e Moma (areias pesadas) - durante o período 1996-2006.

A conclusão é de que estes projectos foram responsáveis, em grupo e no ano de 2006, por, aproximadamente, 10 por cento do valor acrescentado. E que a contribuição directa destes projectos no crescimento do PIB (caso se incluía a contribuição da fase de construção destes projectos) foi estimada em 1,1 pontos percentuais por ano durante o período de dez anos, com um crescimento da economia de 7,6 por cento ao ano. Considerou-se, portanto, que os mega-projectos não constituíram a principal fonte de crescimento económico ao longo destes anos

(embora o seu contributo tenha sido significativo), e que, contrariamente ao que se assumia frequentemente, o resto da economia não tinha ficado estagnada.

As estimativas do estudo do FMI apontam para uma contribuição ligeiramente superior para o crescimento. Durante o período 2003-10, o FMI considera que os mega-projectos contribuíram em até 4 pontos percentuais para o crescimento do PIB (e em 10 a 13 por cento do valor acrescentado, dependendo do ano). No entanto, o FMI assinala a limitação da produção dos mega-projectos devido a estrangulamentos de capacidade; daí a existência de uma certa dinâmica do papel que desempenham nos agregados macroeconómicos. Desde que começam a funcionar e até atingirem a sua plena capacidade, os mega-projectos impulsionam o crescimento.

Mas, assim que um projecto atinge a sua plena capacidade e deixa de haver aumentos na sua produção, deixa de haver uma contribuição para a taxa de crescimento do PIB e a sua participação no valor acrescentado tende a diminuir ligeiramente ao longo do tempo, à medida que é ultrapassado por outras actividades com taxas de crescimento positivas.

Por conseguinte, a possibilidade de os mega-projectos se manterem como motor contínuo de crescimento depende da iniciação de novos projectos e da expansão das capacidades existentes.

Os efeitos dos mega-projectos nos padrões de vida são muito modestos. De um modo geral, estes projectos criaram poucos postos de trabalho. E as ligações ao orçamento, por via das receitas fiscais, também têm sido fracas, devido às isenções concedidas. Assim, uma análise dos mega-investimentos à luz dos volumes de exportação, resulta numa imagem demasiado optimista do seu impacto sobre a economia.

Estes são agora responsáveis pela maior parte das exportações, mas (considerando os termos dos contratos negociados) também são responsáveis por uma grande parte das importações, pagam poucos impostos e repatriam grande parte dos seus lucros, reduzindo o seu potencial impacto sobre a economia.

No entanto, importa notar que esta avaliação do impacto agregado dos mega-projectos não inclui os benefícios das infra-estruturas construídas por essas empresas, a formação que têm prestado aos trabalhadores e as melhorias que têm gerado no clima de investimento, pelo sucesso do seu funcionamento, factores que se são no seu todo um contributo significativo para o desenvolvimento económico.

3.1.2. Futuro

As previsões das reservas de carvão e novas descobertas de gás natural, irão começar a materializar-se na próxima década e os funcionários do governo afirmam que os termos dos contratos para estes novos investimentos irão excluir muitos dos incentivos generosos fiscais e concessões do passado. Para além disso, haverão grandes investimentos em infra-estruturas de apoio a estes projectos.

Para se explorarem os futuros impactos na economia, é útil começar pelos resultados de dois estudos que fazem prognósticos. O primeiro estudo é de Bucuane e Mulder (2007) e baseia-se nas informações conhecidas em 2006 sobre os mega-investimentos e as reservas de recursos. Bucuane e Mulder estimam o futuro impacto dos mega-projectos na balança de pagamentos. Eles calculam o efeito directo na balança comercial (exportações - importações) deduzido do serviço da dívida e da remessa dos lucros destes projectos e, posteriormente, projectam estas estimativas até ao ano de 2020.

Segundo os seus cálculos, depois de 2006, os mega-projectos terão anualmente um efeito positivo na balança de pagamentos e, em 2020, atingirão os US \$1,3 bilhões (este efeito é consideravelmente inferior ao efeito na balança comercial em 2020, a qual está projectada em US \$3,4 bilhões, devido a saídas relacionadas com o serviço da dívida e remessas de lucros).

Assumindo uma taxa de crescimento constante do PIB de 7,5 por cento para este período, estimam um efeito na balança de pagamentos igual a 7 a 8 por cento do PIB em 2020, atingindo o máximo de 13 por cento em 2012.

Prevêem um aumento das receitas fiscais do orçamento obtidas destes mega-projectos na ordem dos US \$250 milhões em 2020, igual a cerca de 7 por cento do total previsto das receitas fiscais e de outras receitas internas.

Advertem para a possibilidade de um aumento considerável destes números caso se considerem as receitas de novos projectos, tal como os do petróleo caso venham a ser materializado.

Um estudo do FMI (Relatório do País 2011) fez uma projecção dos impactos, incluindo a nova informação sobre as enormes reservas de carvão de Moçambique, que sofreram um aumento substancial no final da década, e uma expansão na capacidade da Sasol. Assim, as estimativas do FMI incluem uma expansão na produção dos mega-projectos, incorporam um aumento linear de 50 por cento na capacidade da Sasol em 2016, o início da produção de carvão pela Vale (capacidade total de 25 milhões de toneladas) em 2011 e pela Rio-Tinto (capacidade total

de 45 milhões de toneladas) em 2012, atingindo cada uma delas, respectivamente, a plena capacidade projectada para 2016 e 2020.

Assumindo que os desenvolvimentos das infra-estruturas de carvão (na sua maioria expansão das linhas férreas) prosseguem de acordo com os planos (o que é uma grande hipótese difícil), estima-se que o crescimento da indústria do carvão incremente a proporção dos mega-projectos até 18 por cento do valor acrescentado em 2016.

Estima-se uma contribuição directa entre 2 a 4 pontos percentuais por ano para o crescimento total do PIB. Estas estimativas quase que triplicam as projecções de Bucuane e Mulder. Mas parecem situar-se ainda dentro do intervalo razoável de 20 por cento do PIB, que era o nível dos fluxos de ajuda em 2006.

Para além disso, no entanto, temos agora que acrescentar o impacto das novas descobertas de gás natural (e, possivelmente, petróleo) pela Anadarko e ENI. Algumas estimativas apontam para um valor de US \$400 biliões para as novas descobertas de gás, durante as próximas quatro décadas.

Se aceitarmos esta aproximação, será concebível que Moçambique produza cerca de US \$10 biliões por ano de exportações de gás natural por ano. Assumindo que 50 por cento destas receitas são capturadas por empresas de exploração estrangeiras, o resultado traduz-se em cerca de US \$5 biliões de receitas de exportação por ano que ficarão para Moçambique.

Isto poderia significar um outro aumento de 20 por cento no PIB, por volta do ano 2020 (assumindo que o PIB equivale às projecções do FMI, de aproximadamente US \$25 a \$30 biliões naquele ano).

4. Conclusão

Nos anos 1930, durante o período da ditadura de Antonio Salazar (1932- 68) em Portugal, houve aumento da repressão nas colônias e o governo português institucionalizou o trabalho forçado para homens adultos. Todos os homens acima de 15 anos eram obrigados a trabalhar durante seis meses por ano nas empresas agrícolas estatais e privadas.

Nos anos 1950 e 1960 a intensificação da exploração colonial portuguesa em Moçambique levou a uma certa modernização do país.

Segundo Silva, 1966 e Moura & Amaral 1976, as Nações Unidas estimaram o PIB per capita moçambicano em cerca de \$139 US dólares em 1962, o que significa, a preços de 1975, que o PIB per capita moçambicano esteve entre \$251 a \$265 Us dólares entre 1960 e 1962, tendo atingido um pico de cerca de \$454 em 1973 tendo começado posteriormente a decrescer.

No período de 1975 a 1990, o desenvolvimento económico moçambicano foi prejudicado em maior escala pelas políticas marxistas adotadas pelo governo e pela chamada “guerra de desestabilização” iniciada em 1979, destruindo a frágil infra-estrutura económica e social legada pelos portugueses e fazendo o Pib per capita a baixar de de \$452 em 1975 para \$221 em 1990.

O Pib per capita continuou a baixar tendo atingido o nível mais baixo de \$140 em 1992, tendo posteriormente começado a subir, atingido os \$236 no ano 2000, fruto de assinatura dos acordos gerais de Paz em 1992.

De 2000 aos nossos dias, o Pib per capita moçambicano tem vindo a subir, situando-se neste momento acima de \$600, como consequência da paz no país, bem como da implementação pelo governo, de instrumentos como o PARPA I, Agenda 2025 e PARPA II, para além do contributo, embora insignificante, dos mega-projectos que se encontram no país.

Estima-se que até 2020, as receitas dos mega projectos tragam um aumento total no PIB, acima de 20 por cento.

5. Bibliografia

- Arezki, Hamilton and Kazimov, “*Resource Windfalls, Macroeconomic Stability and Growth: The Role of Political Institutions*” IMF Working Paper WP 11/142 IMF Washington, DC 2011
- Dominquez-Torres and Briceno-Garmendia (2011) “*Mozambique’s Infrastructure: A Continental Perspective,*” World Bank
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/3653>
- Rajat Kohli (2012) “*Tete Basin Coal: A Key Driver for Mozambique*” Standard Bank, Maputo, Mozambique